



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20090-030*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

## INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

### INDICAÇÃO Nº 046/2022

Ilmo. Sr. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Sydney Sanches

#### EMENTA:

ESTUDO DE CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E CONVENIÊNCIA DO DECRETO 11.150/2022. CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO. DECRETO CONTRÁRIO À LEI QUE BUSCA REGULAMENTAR. LIMITAÇÃO À PROTEÇÃO AO MÍNIMO EXISTENCIAL DO CONSUMIDOR. INVALIDADE. INEFICÁCIA

De acordo com “Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)”, feita pela Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgada em maio do corrente ano, utilizando de dados até o mês de abril, quase 80% da população brasileira encontra-se em situação de endividamento.

Por sua vez, segundo levantamento da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), 43,2% daqueles que se declaram endividados afirmam que não sabem como conseguirão quitar seus débitos.

Ciente dos efeitos do superendividamento, seja de forma individualizada, seja em suas repercussões macroeconômicas, deu-se o advento da Lei 14.181, fruto de longa tramitação e discussão junto à sociedade civil, visando a proteção dos consumidores em situação de superendividamento. A situação de superendividamento veio a ser definida como a impossibilidade manifesta de uma pessoa de boa-fé pagar a totalidade de suas dívidas de consumo sem comprometer seu “mínimo existencial”.

Relatora do projeto de lei que deu origem à referida lei, Cláudia Lima Marques afirma que

“A preservação do mínimo existencial é novo direito do



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20030-030*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

consumidor e está na própria definição de superendividamento como elemento finalístico e teleológico, diretamente ligado à dignidade da pessoa humana. A doutrina está chamando esse



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-030*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

paradigma de paradigma da essencialidade. 2 Como já escrevemos, essa é uma das grandes contribuições ao Direito Privado Solidário do novo CDC”<sup>1</sup>.

A este *restre a vivre*, afirma o Kazuo Watanabe que o

“o conceito de "mínimo existencial" é dinâmico e evolutivo, varia histórica e geograficamente, presidido pelo princípio da proibição de retrocesso, de sorte que, dependendo das condições socioeconômicas do país, direitos fundamentais sociais que não são judicializáveis na atualidade poderão vir a sê-lo no futuro, imediato ou mediato”<sup>2</sup>.

É de se verificar, portanto, a ideia de mínimo existencial é o fio condutor que liga de forma indissociável a situação de superendividamento e a necessária garantia de vida digna, prevenindo a exclusão social do indivíduo e daquelas pessoas que dependam deste consumidor superendividado.

Torna-se o conceito de mínimo existencial, portanto, um conceito *per se* indeterminado e dotado de eficácia imediata e direta.

Por sua vez, Ana Paula Barcellos afirma que

“o efeito pretendido pelo princípio da dignidade da pessoa humana consiste, em termos gerais, em que as pessoas tenham uma vida digna. Como é corriqueiro acontecer com os princípios, embora esse efeito seja indeterminado a partir de um ponto (variando em função de opiniões políticas, filosóficas, religiosas etc.), há também um conteúdo básico, sem o qual se poderá afirmar que o princípio foi violado e que assume caráter de regra e não mais de princípio. Esse núcleo, no tocante aos elementos materiais da dignidade, é composto pelo mínimo existencial, que consiste em um conjunto de prestações materiais mínimas sem as quais se poderá afirmar que o indivíduo encontra-se em situação de indignidade”<sup>3</sup>.

Apresenta-se a questão como de enorme relevância não somente pelo seu impacto macroeconômico, mas, sobretudo, sobre os seus imediatos impactos na microeconomia daqueles que são os mais necessitados.

---

<sup>1</sup> MARQUES, Claudia Lima. Notas sobre a Lei 14.181/2021: a noção de mínimo existencial e sua aplicação imediata. Revista de Direito do Consumidor. vol. 137. ano 30. p. 387-405. São Paulo: Ed. RT, set./out. 2021. Disponível em: [inserir link consultado](#). Acesso em: 28.07.2022.

<sup>2</sup> WATANABE, Kazuo: “Controle Jurisdicional das Políticas Públicas - 'Mínimo Existencial' e demais Direitos Fundamentais Imediatamente Judicializáveis” *In*:\_\_\_. (org.). O controle



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20090-050*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Jurisdicional de políticas públicas, 29 edição. Rio de Janeiro: Forense, 2013. Páginas 213-224.

<sup>3</sup> BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: O princípio da dignidade da pessoa humana. - 39 ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. Página 368.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-030*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

A delimitação do mínimo existencial para os fins a que se destina a legislação consumerista deve atentar para as condições específicas do consumidor e seu núcleo familiar dependente.

Neste diapasão, cita-se Marco Antonio Karam:

“A locução “mínimo existencial” introduzida pela nova Lei necessita ser preenchida em cada caso concreto. Ainda pendente de regulamentação, sua menção legislativa, ao introduzir os incs. XI e XII ao art. 6º do CDC, impõe limites ao endividamento e às formas de sua composição como forma de evitar a exclusão social do consumidor, na letra da redação do inc. X do art. 4º do CDC. Em qualquer situação o mínimo existencial do consumidor deve ser preservado para tutela de sua dignidade<sup>5</sup>. O mínimo existencial pressupõe, a despeito da regulamentação a ser editada, a preservação de condições econômicas e sociais mínimas do consumidor que evitem a restrição ou limitação a bens relacionados à moradia, alimentação, saúde, vestuário, educação e lazer. O superendividamento acentua situações de penúria vivenciadas pelas famílias brasileiras, o que deve ser evitado pela lei atual”<sup>4</sup>.

Em 26 de julho de 2022, foi publicado o Decreto nº 11.150, na tentativa de regulamentar, conforme prevista em lei, “a preservação e o não comprometimento do mínimo existencial para fins de prevenção, tratamento e conciliação de situações de superendividamento em dívidas de consumo, nos termos do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor”.

No referido decreto, optou-se por tratar todos de forma indistinta, ignorando as peculiaridades de cada consumidor superendividado, e definindo que “no âmbito da prevenção, do tratamento e da conciliação administrativa ou judicial das situações de superendividamento, considera-se mínimo existencial a renda mensal do consumidor pessoa natural equivalente a vinte e cinco por cento do salário mínimo vigente na data de publicação deste Decreto” (artigo 3º, do Decreto 11.150/2022).

Ademais, o referido decreto buscou limitar ainda mais a extensão legal em seu artigo 4º:

“Art. 4º Não serão computados na aferição da preservação e do não comprometimento do mínimo existencial as dívidas e os limites de créditos não afetos ao consumo.

Parágrafo único. Excluem-se ainda da aferição da preservação e do não comprometimento do mínimo existencial:

I - as parcelas das dívidas:

a) relativas a financiamento e refinanciamento imobiliário;



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20090-050*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

---

<sup>4</sup>KARAM, Marco Antonio. Superendividamento do consumidor e o dever das empresas. Revista de Direito do Consumidor. vol. 140. ano 31. p. 87-102. São Paulo: Ed. RT, mar./abr. 2022. Disponível em: [inserir link consultado](#). Acesso em: 28.07.2022.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20020-030*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

- b) decorrentes de empréstimos e financiamentos com garantias reais;
  - c) decorrentes de contratos de crédito garantidos por meio de fiança ou com aval;
  - d) decorrentes de operações de crédito rural;
  - e) contratadas para o financiamento da atividade empreendedora ou produtiva, inclusive aquelas subsidiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;
  - f) anteriormente renegociadas na forma do disposto no Capítulo V do Título III da Lei nº 8.078, de 1990;
  - g) de tributos e despesas condominiais vinculadas a imóveis e móveis de propriedade do consumidor;
  - h) decorrentes de operação de crédito consignado regido por lei específica; e
  - i) decorrentes de operações de crédito com antecipação, desconto e cessão, inclusive fiduciária, de saldos financeiros, de créditos e de direitos constituídos ou a constituir, inclusive por meio de endosso ou empenho de títulos ou outros instrumentos representativos;
- II - os limites de crédito não utilizados associados a conta de pagamento pós-paga; e
- III - os limites disponíveis não utilizados de cheque especial e de linhas de crédito pré-aprovadas.”

Atualmente, tem-se, portanto, que considerar-se-iam superendividados apenas aqueles que sobrevivem com valor inferior a R\$ 303,00 (trezentos e três reais) mensais, sendo este o valor correspondente ao importe de 25% do salário mínimo vigente, ignorando que a regra estabelecida pela Lei 14.181/2021, norma de ordem pública, nos traz que as situações de superendividamento “englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada” (art. 54-A, §2º, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

Considerando que o referido Decreto contraria o artigo 5º, inciso XXII, da Constituição Federal, bem como contraria frontalmente a própria Lei 14.181/2022 que visara regulamentar, reduzindo esta última a nada, o Instituto dos Advogados Brasileiros deve assumir o protagonismo como instituição da sociedade civil na defesa do respeito à Constituição Federal, dos direitos fundamentais e do princípio da legalidade, conforme suas disposições estatutárias, analisando a falta de validade, juridicidade e eficácia do referido decreto.

Finalmente e após discussão e deliberação do Plenário, proponho que o IAB possa enviar para as autoridades competentes, em especial, ao Sr.



*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20090-050*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

Presidente da República, à presidência das casas do Congresso Nacional, à presidência do Supremo Tribunal Federal e à presidência do Conselho Federal da OAB para fins de manifestar o seu posicionamento em relação ao citado





*Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210 - 5º andar - 20090-050*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

tema com a análise da constitucionalidade, legalidade e conveniência do Decreto 11.150/2022, em especial por força do demasiado relevo econômico social ante a transversalidade do crédito.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2022.

VITOR GREIJAL SARDAS

MEMBRO DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS